

Planova Planejamento e Construções S/A.

CNPJ 47.383.971/0001-21

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro 2021 - (valores em milhares de reais)

Demonstrações do Resultado - (valores em milhares de reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Período findo em 31/12/2021

Fluxo de Caixa - Método Indireto - Valores em milhares de R\$

1 CONTEXTO OPERACIONAL: A PLANOVA Planejamento e Construções S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado.

Foi fundada em 1975, sendo hoje uma empresa que atua no sistema SGI - Sistema de Gestão Integrada nas áreas de construção civil, montagens industriais e um player no setor de EPC - Engineering Procurement and Construction nos segmentos de petróleo e gás, petroquímica, geração e transmissão de energia, produção de açúcar e álcool, processamento e reciclagem de lixo. Tem por principais objetivos operacionais as atividades de Construção Civil em geral, além da participação no capital de outras empresas. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2022. 2.1 Base de preparação: A preparação de demonstrações financeiras rege-se o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 3. (a) Demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica CPCPC 07, que trata dos requisitos básicos de evidência e divulgação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial as contas nas notas explicativas, sendo que as informações relevantes estão sendo evidenciadas correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. (b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.2 Aparação do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos sobre vendas, impostos ou encargos sobre entrega. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios essenciais para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios essenciais, a seguir, devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (a) Prestação de serviços de empreitada: A receita de um contrato para prestação de serviços de empreitada é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado. As receitas de prestação de serviços decorrentes dos serviços de empreitada são reconhecidas por ocasião da medição do progresso físico das obras, independentemente do seu recebimento. As medições são realizadas por engenheiros devidamente habilitados. (b) Acordos de controle em conjunto: De acordo com o CPC 19 (R2) (IFRS 11), os acordos de controle em conjunto são divididos em dois tipos: "Operação conjunta": é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, concluídas como operações em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, relacionados a esse acordo. "Joint Venture": é aquela por meio da qual as partes controladoras em conjunto, concluídas como joint ventures, têm direitos sobre os ativos líquidos (ou seja, patrimônio líquido). (c) Receita financeira: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é a cluda na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros. (d) Imposto sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e - valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. 2.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e outros instrumentos financeiros de liquidez e mudança de valor. 2.4 Ativos financeiros: (a) Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (b) Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. (c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e não circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. 2.5 Contas a receber: As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e devaluadas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. 2.6 Outros ativos circulante e realizável a longo prazo: São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em milhares de reais)

variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. 2.7 Investimentos: Consistem em investimentos em controladas e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial avaliadas pelo custo de aquisição. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. Ganhos ou transações a realizar contra a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia, perdas não realizadas também são eliminadas, exceto aquelas que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. 2.8 Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e custos de aquisição, incluindo custos de aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens mensurados mensalmente sobre a base de custos subsequentes é reconhecido quando a aquisição de ativos ou outros reparos e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas", líquidos" na demonstração do resultado. 2.9 Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigatórias a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal do negócio, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são classificadas como passivos não circulantes. 2.10 Obrigações: As obrigações são reconhecidas quando a Companhia assume uma obrigação legalmente exigível, em virtude das seguintes ações: "A Companhia é subsidiária integral de uma holding, a qual não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas." "A Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários e outros órgãos reguladores, visando à emissão de algum tipo ou classe de instrumento em um mercado aberto; e "A Entidade controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Cabe ressaltar que conforme divulgado na nota 2 (b) os acordos de controle em conjunto estão demonstrados, nas demonstrações contábeis da Companhia, de acordo com as normas contábeis vigentes - CPC 19.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 das operações realizadas por estes consórcios e registradas nas contas patrimoniais das controladas e controladas em conjunto são conforme demonstrado:

Consórcios Ativos

8 Partes Relacionadas

31 de dezembro de 2021

31 de dezembro de 2020

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e bancos 3 75 Aplicações Financeiras 8.632 30.599 Total 8.635 30.594

6 Clientes

Órgãos/Empresas Públicas 48.524 22.511 Empresas privadas 135.786 89.778 Precatórios 418 418 Outros 98 98 Total 184.826 112.805

7 Transações com consórcios: As operações com consórcios formados com participação da Companhia são registradas em "Conta Corrente Consórcios" à medida que são efetuadas remessas de numerário e que ocorrem os recebimentos. Além disso, mensalmente, as contas de resultado são refletidas pela Companhia, na proporção de sua participação, em suas correspondentes contas de resultado, com contrapartida em seu ativo ou passivo. Ao final do contrato objeto do consórcio, é efetuado a apuração de seu resultado e o consequente encerramento das contas. A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2021 e 2020 participações em consórcios, com a finalidade exclusiva de aumentar a capacidade produtiva e operacional no desenvolvimento de projetos de interesse recíproco aos participantes:

Participação

10.1 Redução ao valor recuperável dos ativos - Teste de Impairment: A Companhia efetua análises sobre a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final de sua vida útil. Quando o valor líquido contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada no resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Na avaliação da Administração, não existem indicadores de "impairment", sejam eles externos ou internos relevantes a fatos relevantes que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Empresa. 10.2 Revisão da vida útil estimada: Conforme Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia reavalia os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada dos ativos e para cálculo da depreciação, exaustiva e amortização, identificando a necessidade de ajustar a vida útil de determinados bens do ativo imobilizado, mais especificamente do grupo de máquinas e equipamentos. 11 Fornecedores: Uma parte dos serviços contratados é efetuada por empresas que prestam ou subcontratam serviços de outras empresas. Os valores dos serviços contratados são elaborados de forma global a valores de mercado. As transações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e os saldos correspondentes naquelas datas estão representados por:

2021 2020

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade Capital de Giro 10,2 2021 2020 Conta Garantida 1,36% a.m. a 1,40% a.m 2.986 3.323 Financeiro 57.378 19.465 Total 59.364 22.788

Elaine Cristina de Sousa Molinero - Controladora - CRC/SP 166728/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas Planova Planejamento e Construções S.A. - Barueri - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Planova Planejamento e Construções S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planova Planejamento e Construções S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à

ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso desse balanço na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, no conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, in-

dividualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar controles internos da Companhia, e a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continui-

dade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santo André, 30 de março de 2022. SAX AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - CRC 25P 024845/O-2. Alexandre Raul Slavice - Contador CRC ISP207032/O-5.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EB29-C3C5-EF13-B664> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EB29-C3C5-EF13-B664



Hash do Documento

8016E1CA6A7380D83D447A48E89BD0E42005F9AD7B660190D2ADDA27AABD43D0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:14 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

